

**Petrobras Gás S.A. –
Gaspetro**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –
Petrobras)*

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e
relatório dos auditores independentes**

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas | 3 |
| Balanço Patrimonial..... | 7 |
| Demonstração de Resultado..... | 8 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 9 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 10 |
| Demonstração do Valor Adicionado..... | 11 |
| Notas explicativas | 12 |
| 1. A Companhia e suas operações | 12 |
| 2. Reestruturação societária..... | 12 |
| 3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia | 13 |
| 4. Base de apresentação das demonstrações contábeis..... | 13 |
| 5. Sumário das principais práticas contábeis..... | 14 |
| 6. Estimativas e julgamentos relevantes | 19 |
| 7. Novas normas e interpretações..... | 20 |
| 8. Caixa e equivalentes de caixa..... | 21 |
| 9. Contas a receber | 21 |
| 10. Ativo financeiro de concessão | 22 |
| 11. Investimentos..... | 22 |
| 12. Imobilizado | 24 |
| 13. Intangível | 25 |
| 14. Fornecedores..... | 26 |
| 15. Partes relacionadas..... | 27 |
| 16. Tributos..... | 29 |
| 17. Patrimônio líquido | 30 |
| 18. Receita de vendas e serviços..... | 33 |
| 19. Outras receitas (despesas) líquidas | 34 |
| 20. Custos e Despesas por natureza | 34 |
| 21. Resultado financeiro líquido | 34 |
| 22. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa..... | 34 |
| 23. Processos judiciais e contingências | 35 |
| 24. Gerenciamento de riscos..... | 36 |
| Conselho de Administração e Diretoria Executiva..... | 38 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionista
Petrobras Gás S.A - Gaspetro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Gás S.A - Gaspetro (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Gás S.A - Gaspetro e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A - Gaspetro em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A - Gaspetro e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Gás S.A - Gaspetro, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a manutenção do diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Operação Lava a Jato

Chamamos atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 15 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

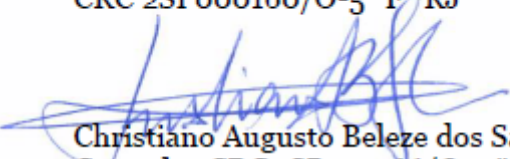
Rio de Janeiro, 22 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Christiano Augusto Beleze dos Santos

Contador CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| Ativo | Not | Consolidado | | Controladora | | Passivo | Not | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | | | 2016 | 2015 | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 3.199 | 2.696 | 1 | 586 | Fornecedores | 14 | 29.267 | 73.528 | 10.181 | 17.340 |
| Contas a receber, líquidas | 9 | 239.283 | 288.356 | 159.165 | 156.861 | Adiantamento de cliente | | - | 4.930 | - | 4.930 |
| Imposto de renda e contribuição social | 16.1 | 15.836 | 2.267 | 13.455 | 755 | Imposto de renda e contribuição social | 16.1 | - | 1.398 | - | 1.398 |
| Impostos e contribuições | 16.1 | 7.742 | 6.342 | 409 | 3.171 | Impostos e contribuições | 16.1 | 16.084 | 6.685 | 5.824 | 1.068 |
| Outros ativos circulantes | | 2.565 | 2.871 | - | - | Dividendos propostos | 17.5 | 22.711 | 25.007 | 22.711 | 25.007 |
| | | <u>268.625</u> | <u>302.532</u> | <u>173.030</u> | <u>161.373</u> | Juros sobre capital próprio a pagar | | 47.476 | - | 47.476 | - |
| | | | | | | Outras contas e despesas a pagar | | 15.260 | 13.694 | 208 | 167 |
| | | | | | | | | <u>130.798</u> | <u>125.242</u> | <u>86.400</u> | <u>49.910</u> |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Provisão para processos judiciais | 23.1 | 10.031 | 10.165 | - | - |
| Contas a receber, líquidas | 9 | 55.516 | 55.897 | - | - | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16.2 | 995 | - | 995 | - |
| Depósitos judiciais | 23.2 | 2.333 | 1.714 | 2.333 | 1.714 | Obrigações estatutárias | 17.4 | 104.055 | 97.291 | 104.055 | 97.291 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16.2 | 63.204 | 73.855 | - | 11.766 | Outras contas e despesas a pagar | | 431 | 1.086 | - | - |
| Impostos e contribuições | 16.1 | 3.161 | 1.624 | - | - | | | <u>115.512</u> | <u>108.542</u> | <u>105.050</u> | <u>97.291</u> |
| Ativo financeiro de concessão | 10 | 25.421 | 47.725 | - | - | | | <u>246.310</u> | <u>233.784</u> | <u>191.450</u> | <u>147.201</u> |
| Impostos em litígio | 23.4 | 101.402 | 90.781 | 101.402 | 90.781 | | | | | | |
| Outros ativos realizáveis a longo prazo | | 5.192 | 4.004 | 4.192 | 3.854 | Patrimônio líquido | | | | | |
| | | <u>256.229</u> | <u>275.600</u> | <u>107.927</u> | <u>108.115</u> | | 17 | | | | |
| | | | | | | Capital social realizado | | 655.522 | 655.522 | 655.522 | 655.522 |
| Investimentos | 11 | 1.279.001 | 1.121.869 | 1.777.956 | 1.661.184 | Transações de capital | | 910.736 | 910.736 | 910.736 | 910.736 |
| Imobilizado | 12 | 2.831 | 3.566 | - | - | Reserva de capital | | 560 | 560 | 560 | 560 |
| Intangível | 13 | 304.396 | 310.064 | - | - | Reservas de lucros | | 297.954 | 213.029 | 300.645 | 216.653 |
| | | <u>1.842.457</u> | <u>1.711.099</u> | <u>1.885.883</u> | <u>1.769.299</u> | | | <u>1.864.772</u> | <u>1.779.847</u> | <u>1.867.463</u> | <u>1.783.471</u> |
| | | | | | | | | | | | |
| | | <u>2.111.082</u> | <u>2.013.631</u> | <u>2.058.913</u> | <u>1.930.672</u> | | | <u>2.111.082</u> | <u>2.013.631</u> | <u>2.058.913</u> | <u>1.930.672</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|-------------|-----------|--------------|----------|
| | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Receita de vendas e serviços | 18 | 334.224 | 1.659.752 | - | - |
| Custo dos produtos e serviços vendidos | 20 | (246.074) | (543.886) | - | - |
| Lucro bruto | | 88.150 | 1.115.866 | - | - |
| Receita de construção da infraestrutura | | 19.743 | 21.041 | - | - |
| Custo da construção da infraestrutura | | (19.743) | (21.041) | - | - |
| Lucro bruto após construção da infraestrutura | | 88.150 | 1.115.866 | - | - |
| Receitas (despesas) | | | | | |
| Vendas | 20 | (11.254) | (8.821) | - | - |
| Gerais e administrativas | 20 | (51.843) | (123.055) | (33.443) | (29.088) |
| Tributárias | 20 | (10.043) | (10.745) | (9.432) | (9.810) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 19 | (7.257) | (17.782) | 383 | (15.999) |
| | | (80.397) | (160.403) | (42.492) | (54.897) |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos | | 7.753 | 955.463 | (42.492) | (54.897) |
| Resultado financeiro líquido | 21 | 15.982 | (442.775) | 32.352 | 204.011 |
| Receitas financeiras | | 48.599 | 112.631 | 35.259 | 113.199 |
| Despesas financeiras | | (24.744) | (59.331) | (8) | (300) |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | | (7.873) | (496.075) | (2.899) | 91.112 |
| Resultado de participações em investimentos | 11.2 | 291.454 | 157.484 | 320.083 | 338.654 |
| Lucro antes dos impostos | | 315.189 | 670.172 | 309.943 | 487.768 |
| Imposto de renda e contribuição social | 16.3 | (19.557) | (138.292) | (15.244) | (61.964) |
| Lucro do exercício | | 295.632 | 531.880 | 294.699 | 425.804 |
| Atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas da Gaspetro | | 295.632 | 427.573 | 294.699 | 425.804 |
| Acionistas não controladores | | - | 104.307 | - | - |
| Lucro básico e diluído por ação (em R\$) | 17.6 | 2,66 | 3,85 | 2,66 | 3,84 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas uma vez que não há componentes de outros resultados abrangentes.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| | Outros resultados abrangentes | | Reserva de capital | Reservas de lucros | | | | Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora | Participação dos acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido consolidado | | |
|---|-----------------------------------|-----------------------|--------------------|--|--------------------|---------------------------------|------------------|---|---|---|-------------------|-------------|
| | Capital subscrito e integralizado | Transações de capital | | Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos | Incentivos fiscais | Dividendos adicionais propostos | Reserva especial | | | | Lucros Acumulados | |
| | 561.547 | 910.736 | 3.122 | 560 | 75.000 | 284.426 | 767.000 | - | 2.602.391 | (8.100) | - | 2.594.291 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2015 | 561.547 | 910.736 | 3.122 | 560 | | | | 1.126.426 | 2.602.391 | (8.100) | - | 2.594.291 |
| Aumento de capital | 1.051.425 | | | | | | (767.000) | | 284.425 | - | - | 284.425 |
| Cisão em 10 de dezembro de 2015 | (957.450) | | (3.122) | | | | | (100.333) | (1.060.905) | 2.707 | (253.278) | (1.311.476) |
| Dividendos adicionais aprovados | | | | | | (284.426) | | - | (284.426) | - | (145.944) | (430.370) |
| Lucro do exercício | | | | | | | | 425.804 | 425.804 | 1.769 | 104.307 | 531.880 |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | |
| Apropriações do lucro líquido em reservas | | | | | 16.274 | 125.379 | | (141.653) | - | - | - | - |
| Apropriações do lucro líquido em obrigações | | | | | | | | (97.291) | (97.291) | - | - | (97.291) |
| Dividendos | | | | | | | | (86.527) | (86.527) | - | - | (86.527) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 655.522 | 910.736 | - | 560 | 91.274 | 125.379 | - | - | 1.783.471 | (3.624) | (294.915) | 1.484.932 |
| | 655.522 | 910.736 | - | 560 | | | | 216.653 | 1.783.471 | (3.624) | - | 1.779.847 |
| Dividendos adicionais aprovados | | | | | | | | (125.379) | (125.379) | - | - | (125.379) |
| Lucro do exercício | | | | | | | | 294.699 | 294.699 | 933 | - | 295.632 |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | |
| Apropriações do lucro líquido em reservas | | | | | 14.735 | 56.035 | 138.601 | (209.371) | - | - | - | - |
| Apropriações do lucro líquido em obrigações | | | | | | | | (6.959) | (6.959) | - | - | (6.959) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | | | | | | | | (78.369) | (78.369) | - | - | (78.369) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 655.522 | 910.736 | - | 560 | 106.009 | 56.035 | 138.601 | - | 1.867.463 | (2.691) | - | 1.864.772 |
| | 655.522 | 910.736 | - | 560 | | | | 300.645 | 1.867.463 | (2.691) | - | 1.864.772 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro do exercício | 295.632 | 531.880 | 294.699 | 425.804 |
| Ajustes para: | | | | |
| Despesa atuarial de plano de pensão e saúde | - | 7.527 | - | - |
| Resultado de participações em investidas | (291.454) | (157.484) | (320.083) | (338.654) |
| Depreciação e amortização | 16.233 | 169.181 | 1.646 | 1.646 |
| Perdas em crédito de liquidação duvidosa | 638 | (476) | - | - |
| Provisão para perdas com processos judiciais | 2.654 | 7.732 | - | 7.001 |
| Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras | 18.961 | 545.656 | 13.987 | 44.194 |
| Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros | (27.299) | (76.252) | (14.697) | (40.606) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos | 11.646 | (29.572) | 12.761 | 3.317 |
| Redução (aumento) de ativos | | | | |
| Contas a receber | 23.664 | (307.073) | 12.567 | (131.984) |
| Outros ativos | 17.644 | (52.114) | (11.240) | 1.812 |
| Aumento (redução) de passivos | | | | |
| Fornecedores | (44.261) | (12.575) | (7.159) | (19.207) |
| Impostos e contribuições | (11.943) | 12.015 | (5.672) | 15.072 |
| Outros passivos | (4.018) | 5.638 | (4.886) | 23.842 |
| Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais | 8.097 | 644.083 | (28.077) | (7.763) |
| Atividades de investimentos | | | | |
| Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis | (19.743) | (78.137) | - | (469) |
| Aportes em participações | (402) | - | (402) | - |
| Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros | 66.578 | (53.430) | 34.071 | (56.955) |
| Dividendos recebidos | 115.320 | 140.369 | 163.170 | 411.493 |
| Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos | 161.753 | 8.802 | 196.839 | 354.069 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Integralização de capital | - | 284.426 | - | 284.426 |
| Amortizações de principal | - | (29.818) | - | - |
| Amortizações de juros | - | (51.008) | - | - |
| Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro | (169.347) | (630.148) | (169.347) | (630.148) |
| Dividendos pagos a acionistas não controladores | - | (208.396) | - | - |
| Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos | (169.347) | (634.944) | (169.347) | (345.722) |
| Reorganização societária (*) | - | (15.837) | - | - |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício | 503 | 2.104 | (585) | 584 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 2.696 | 592 | 586 | 2 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 3.199 | 2.696 | 1 | 586 |

(*) Refere-se ao caixa da TBG transferido para a Logigás, conforme descrito nota explicativa 2.2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|-----------|--------------|----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de produtos, serviços e outras receitas | 425.383 | 2.004.799 | 970 | 21.056 |
| Perdas em créditos de liquidação duvidosa | (638) | 476 | - | - |
| Receitas relativas à construção de ativos para uso | 19.743 | 21.041 | - | - |
| | 444.488 | 2.026.316 | 970 | 21.056 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Produtos para revenda | (208.690) | (294.584) | - | - |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (71.360) | (127.200) | (15.469) | (48.432) |
| Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros | (58.247) | (67.886) | - | - |
| | (338.297) | (489.670) | (15.469) | (48.432) |
| Valor adicionado bruto | 106.191 | 1.536.646 | (14.499) | (27.376) |
| Depreciação e amortização | (16.233) | (169.181) | (1.646) | (1.646) |
| Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia | 89.958 | 1.367.465 | (16.145) | (29.022) |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de participações em investimentos | 291.454 | 157.484 | 320.083 | 338.654 |
| Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial | 59.864 | 117.738 | 51.498 | 248.112 |
| | 351.318 | 275.222 | 371.581 | 586.766 |
| Valor adicionado a distribuir | 441.276 | 1.642.687 | 355.436 | 557.744 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal e administradores | | | | |
| Salários e participações | 30.891 | 101.366 | 15.354 | 15.217 |
| Benefícios | 1.801 | 20.332 | - | - |
| FGTS | 726 | 5.363 | - | - |
| | 33.418 | 127.061 | 15.354 | 15.217 |
| Tributos | | | | |
| Federais | 45.274 | 290.501 | 24.671 | 71.774 |
| Estaduais | 18.486 | 128.925 | 5 | - |
| | 63.760 | 419.426 | 24.676 | 71.774 |
| Instituições financeiras e fornecedores | | | | |
| Juros, variações cambiais e monetárias | 43.882 | 560.513 | 19.146 | 44.101 |
| Despesas de aluguéis | 4.584 | 3.807 | 1.561 | 848 |
| | 48.466 | 564.320 | 20.707 | 44.949 |
| Acionistas | | | | |
| Dividendos | 78.369 | 211.906 | 78.369 | 211.906 |
| Resultado dos acionistas não controladores | - | 104.307 | - | - |
| Lucros retidos | 217.263 | 215.667 | 216.330 | 213.898 |
| | 295.632 | 531.880 | 294.699 | 425.804 |
| Valor adicionado distribuído | 441.276 | 1.642.687 | 355.436 | 557.744 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominadas, em conjunto, "Gaspetro" ou a "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades as quais desempenhem as atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuição de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro – RJ.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada Gas Brasileiro Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na nota 11.1.

Após cisão parcial em 10 de dezembro de 2015, a Gaspetro passou a deter apenas as participações societárias nas distribuidoras de gás natural. As participações societárias nas transportadoras de gás, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG, Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB, TNG Participações Ltda, GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda., TMN Transportadora S.A., Indústria Carboquímica S.A. - ICC e Gás Transboliviano S.A - GTB, foram transferidas para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2. Reestruturação societária

2.1. Cisão parcial do patrimônio da Gaspetro e constituição de nova Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2015, foi aprovada a cisão parcial da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro e a constituição da Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás. O acervo líquido foi formado por determinados ativos e passivos apurados a valor contábil, na data base de 31 de maio de 2015, sendo que, todas as variações patrimoniais posteriores a esta data até a efetiva cisão foram (i) refletidas e alocadas à Petrobras Logística de Gás S.A., caso tais variações sejam relativas à parcela do patrimônio líquido da Gaspetro vertida, ou (ii) retidas pela Gaspetro, caso tais variações sejam relativas ao acervo que permaneceu na Companhia.

O acervo líquido cindido pela Companhia, em 10 de dezembro de 2015, era de R\$ 1.060.905.

2.2. Venda de participação na Gaspetro

Em 28 de dezembro de 2015, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") alienou 49% das ações representativas do capital social da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro ("Gaspetro" ou "Companhia") para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – Mitsui Gás ("Mitsui Gás"), tendo essa alienação sido formalizada através de Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") celebrado por ambas as Partes (Petrobras, na qualidade de Vendedora, e Mitsui Gás, na qualidade de Compradora), na referida data. Atualmente, portanto, a Gaspetro tem como acionistas a Petrobras e a Mitsui Gás, as quais detêm, respectivamente, 51% e 49% do capital votante da Companhia.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Entretanto, em 16 de março de 2016, foi proferida liminar pelo Juiz Federal da Subseção Judiciária de Paulo Afonso – Estado da Bahia, no âmbito da Ação Popular ajuizada em 21 de janeiro de 2016 (Processo nº 131-24.2016.4.01.3306), por meio da qual foi determinada a “suspensão dos efeitos da Operação”, determinando, inclusive a expedição de ofícios aos presidentes das companhias distribuidoras de gás, a fim de dar-lhes ciência da referida decisão e comunicar que nenhum direito decorrente do CCVA poderia ser exercido por qualquer das partes contratantes, sob pena de restar caracterizada desobediência ao comando judicial, incluindo o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas da Companhia, eis que tais instrumentos eram anexos do CCVA.

A Petrobras, Mitsui Gás e Gaspetro, que são rés na citada Ação Popular, apresentaram tempestivamente os recursos cabíveis de Agravo de Instrumento, com pedido de liminar, contra a citada decisão judicial perante o Tribunal Regional Federal – TRF.

Releva acentuar que na data de 23 de agosto de 2016, o Desembargador do TRF da 1ª Região, entendeu por bem acolher o Agravo da Petrobras deferindo a antecipação dos efeitos da tutela recursal para, suspendendo integralmente a decisão agravada (do Juiz de Paulo Afonso), restabelecendo, em todos os seus efeitos, a validade da venda de 49% da Gaspetro à empresa Mitsui Gás.

Assim, a Governança da Gaspetro foi restabelecida, passando a ter plena eficácia o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas da Gaspetro.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Petrobras e suas controladas não realizaram qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro. Como resultado, não foram identificadas informações que ensejassem qualquer impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstrações contábeis consolidadas

- As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

- As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
- Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.315/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 5.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 22 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

4.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

4.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.1.1.Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

| | Patrimônio líquido | | Lucro líquido | |
|--|--------------------|------------|---------------|-----------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 | 2016 | 2015 |
| Consolidado - IFRS / CPC | 1.864.772 | 1.779.847 | 295.632 | 531.880 |
| Patrimônio de acionistas não controladores | - | - | - | (104.307) |
| Despesas diferidas líquidas de IR | 2.691 | 3.624 | (933) | (1.769) |
| Controladora - CPC | 1.867.463 | 1.783.471 | 294.699 | 425.804 |

5.2. Instrumentos financeiros

5.2.1.Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.2.2.Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

5.2.3.Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado utilizando método de juros efetivos.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.4. Combinação de negócios e *goodwill*

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (*mais valia*) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

5.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante reembolso. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.8. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

5.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 17.5.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (impairment)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 23.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 16.2.

6.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Novas normas e interpretações

a) IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

| Norma | Exigências-chave | Data de vigência |
|---|--|-----------------------|
| IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes" | Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. | 1º de janeiro de 2018 |
| IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" | Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. | 1º de janeiro de 2018 |
| IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis" | Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamento mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. | 1º de janeiro de 2019 |

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

| Caixa e equivalentes de caixa | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|-------|--------------|------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Caixa e bancos | 3.199 | 2.114 | 1 | 4 |
| Aplicações financeiras de curto prazo | | | | |
| - No País | | | | |
| Fundos de investimentos DI | - | 582 | - | 582 |
| Total das aplicações financeiras de curto prazo | - | 582 | - | 582 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 3.199 | 2.696 | 1 | 586 |

Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa, com prazo de até 3 meses.

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|---------|--------------|---------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Clientes | | | | |
| Terceiros | 44.746 | 60.849 | - | 4.930 |
| Partes relacionadas (Nota explicativa 15) | 137.822 | 131.256 | 109.393 | 82.785 |
| Recebíveis de ativos financeiros (a) | 122.767 | 162.046 | 49.772 | 69.146 |
| | 305.335 | 354.151 | 159.165 | 156.861 |
| Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PLCD | (10.536) | (9.898) | - | - |
| | 294.799 | 344.253 | 159.165 | 156.861 |
| Circulante | 239.283 | 288.356 | 159.165 | 156.861 |
| Não circulante | 55.516 | 55.897 | - | - |

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.3.

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.3.

9.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD

| | Consolidado | |
|------------------------------------|-------------|----------|
| | 2016 | 2015 |
| Saldo inicial | (9.898) | (10.374) |
| Adições | (1.335) | (694) |
| Baixas | 697 | 1.144 |
| Baixas por recebimento de clientes | - | 26 |
| Saldo final | (10.536) | (9.898) |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Ativo financeiro de concessão

| | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| | 2016 | 2015 |
| Ativo não circulante | | |
| Servidão de passagem | 5.057 | 11.697 |
| Terrenos | 322 | 692 |
| Redes | 18.218 | 32.175 |
| Edificações | 1.014 | 1.867 |
| Estações | 810 | 1.294 |
| | 25.421 | 47.725 |

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos (Controladora)

| Empresa Consolidada | % de Participação direta da Gaspetro | % no Capital votante | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (*) |
|--|--------------------------------------|----------------------|--------------------|---|
| Subsidiária e controlada | | | | |
| Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (1) | 100,00% | 100,00% | 504.005 | 82.677 |
| Empreendimentos controlados em conjunto (*) | | | | |
| Gás de Alagoas S.A. – ALGÁS (1) | 41,50% | 24,50% | 76.936 | 23.524 |
| Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS (1) | 41,50% | 24,50% | 533.149 | 127.278 |
| CEG RIO S.A. (1) | 37,41% | 26,19% | 337.577 | 63.230 |
| Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS (1) | 41,50% | 24,50% | 168.299 | 61.894 |
| Companhia Paranaense de Gás – COMPAGÁS (1) | 24,50% | 24,50% | 298.802 | (3.789) |
| Companhia Maranhense de Gás – GASMAR (2) | 23,50% | 21,00% | 22.986 | 25.130 |
| Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS (2) | 41,50% | 24,50% | 68.924 | 7.601 |
| Companhia Potiguar de Gás – POTIGÁS (2) | 83,00% | 49,00% | (3.375) | 7.722 |
| Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS (2) | 49,00% | 49,00% | 34.654 | 14.780 |
| Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS (1) | 41,00% | 23,00% | 351.026 | 96.031 |
| Empresa Sergipana de Gás – SERGÁS (2) | 41,50% | 24,50% | 46.942 | 6.304 |
| Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (1) | 41,50% | 24,50% | 288.783 | 69.451 |
| Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS (1) | 49,00% | 49,00% | 213.762 | 126.148 |

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Gaspetro, relativa aos empreendimentos controlados em conjunto foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses findo em 30 de novembro de 2016.

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2016.

11.2. Mutações dos investimentos (Controladora)

| | Resultado de participação | | | | | Amortização | Saldo em 31.12.2016 |
|--|---------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------|---------------------|
| | Saldo em 31.12.2015 | em investimentos (*) | Dividendos e JSCP | Aporte de capital | impairment | | |
| Subsidiária e controlada | | | | | | | |
| Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a) | 535.692 | 29.562 | (67.343) | - | - | (1.646) | 496.265 |
| Empreendimentos controlados em conjunto | | | | | | | |
| Companhia de Gás da Bahia - BAHAGÁS (a) | 289.824 | 57.477 | (38.717) | - | - | - | 308.584 |
| Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a) | 111.797 | 65.004 | (39.218) | - | - | - | 137.583 |
| Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a) | 142.686 | 45.464 | 653 | - | - | - | 188.803 |
| Outras participações (a) | 581.185 | 122.977 | (57.441) | 402 | (402) | - | 646.721 |
| Total dos investimentos | 1.661.184 | 320.484 | (202.066) | 402 | (402) | (1.646) | 1.777.956 |

(a) O saldo inicial inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 38 do IAS 31 e seu correspondente CPC 19 (R1), sendo registrado na Gasbrasilião o ágio (mais valia) no valor de R\$ 21.259 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (goodwill) no valor de R\$ 204.103.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.3. Informações sobre a controlada

Gas Brasileiro Distribuidora S.A. - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Gas Brasileiro, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da Gas Brasileiro.

11.4. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

| | | | | | | | 2016 |
|--------------------------------|-----------|-----------|---------|----------|---------|--|-----------|
| | Bahiagás | Ceg-Rio | Scgás | Copergás | Sulgás | Outros empreendimentos controlados em conjunto | Total |
| Ativo Circulante | 321.729 | 302.250 | 171.453 | 229.856 | 222.684 | 532.448 | 1.780.420 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 27.016 | 29.906 | 168.647 | 73.403 | 47.617 | 332.529 | 679.118 |
| Imobilizado | - | - | - | - | - | 2.765 | 2.765 |
| Intangível | 306.483 | 585.431 | 198.355 | 209.675 | 162.565 | 646.673 | 2.109.182 |
| Outros ativos não circulantes | - | - | 2 | - | 13 | 1.472 | 1.487 |
| | 655.228 | 917.587 | 538.457 | 512.934 | 432.879 | 1.515.887 | 4.572.972 |
| Passivo circulante | 113.749 | 294.733 | 159.664 | 135.493 | 137.963 | 424.759 | 1.266.361 |
| Passivo não circulante | 8.330 | 285.277 | 27.767 | 88.658 | 81.154 | 376.960 | 868.146 |
| Patrimônio líquido | 533.149 | 337.577 | 351.026 | 288.783 | 213.762 | 714.168 | 2.438.465 |
| | 655.228 | 917.587 | 538.457 | 512.934 | 432.879 | 1.515.887 | 4.572.972 |
| Receita operacional líquida | 1.449.388 | 1.926.721 | 641.137 | 906.500 | 604.992 | 1.693.012 | 7.221.750 |
| Lucro líquido do exercício | 127.278 | 63.230 | 96.031 | 69.451 | 126.148 | 143.166 | 625.304 |
| Percentual de participação - % | 41,50% | 37,41% | 41,00% | 41,50% | 49,00% | 23,5% a 83,0% | |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2015

| | Bahiagás | Ceg-Rio | Scgás | Copergás | Sulgás | Outros empreendimentos controlados em conjunto | Coligada (*) | Total |
|--------------------------------|-----------|-----------|---------|----------|-----------|--|--------------|-----------|
| Ativo Circulante | 339.408 | 540.743 | 86.132 | 235.169 | 138.228 | 632.579 | - | 1.972.259 |
| Ativo Realizável A Longo Prazo | 26.514 | 27.722 | 120.892 | 13.998 | 41.234 | 116.892 | - | 347.252 |
| Imobilizado | - | - | - | - | - | 308.171 | - | 308.171 |
| Intangível | 290.361 | 554.413 | 208.111 | 194.098 | 158.895 | 379.530 | - | 1.785.408 |
| Outros ativos não circulantes | - | - | 2 | - | 49 | 2.057 | - | 2.108 |
| | 656.283 | 1.122.878 | 415.137 | 443.265 | 338.406 | 1.439.229 | - | 4.415.198 |
| Passivo Circulante | 122.872 | 471.871 | 186.889 | 202.254 | 113.535 | 465.020 | - | 1.562.441 |
| Passivo Não Circulante | 5.708 | 350.856 | 5.905 | 11.348 | 72.145 | 309.023 | - | 754.985 |
| Patrimônio Líquido | 527.703 | 300.151 | 222.343 | 229.663 | 152.726 | 665.186 | - | 2.097.772 |
| | 656.283 | 1.122.878 | 415.137 | 443.265 | 338.406 | 1.439.229 | - | 4.415.198 |
| Receita Operacional Líquida | 1.474.345 | 3.038.927 | 687.733 | 735.357 | 1.178.265 | 2.776.552 | 9.934 | 9.901.113 |
| Lucro Líquido Do Exercício | 130.901 | 87.843 | 4.745 | 52.171 | 65.721 | 81.736 | 5.564 | 428.681 |
| Percentual de participação - % | 41,50% | 37,41% | 41,00% | 41,50% | 49,00% | 23,5% a 83,0% | 25% | |

(*) Refere-se a TSB, vertida para o patrimônio líquido da Logigás (nota explicativa 2.1.)

12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

| | Consolidado | | | | Controladora |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------|--------------|
| | Edificações e benfeitorias | Equipamentos e outros bens | Gasodutos e equipamentos de transporte TBG | Ativos em construção | Total |
| Saldo em 1º de janeiro de 2015 | 9.908 | 56.376 | 2.224.311 | 20.473 | 857 |
| Adições | - | 79 | - | 56.549 | - |
| Reorganização societária (**) | (5.980) | (55.494) | (2.110.414) | (43.238) | (857) |
| Baixas | - | (55) | - | - | - |
| Transferências (*) | - | 3.029 | 33.218 | (33.784) | - |
| Depreciação | (1.060) | (3.237) | (147.115) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 2.868 | 698 | - | - | 857 |
| Custo | 4.277 | 1.844 | - | - | 6.121 |
| Depreciação acumulada | (1.409) | (1.146) | - | - | (2.555) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 2.868 | 698 | - | - | 857 |
| Depreciação | (390) | (345) | - | - | (735) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 2.478 | 353 | - | - | 857 |
| Custo | 4.277 | 1.664 | - | - | 5.941 |
| Depreciação acumulada | (1.799) | (1.311) | - | - | (3.110) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 2.478 | 353 | - | - | 857 |

Tempo de vida útil médio ponderado em anos

4 a 20

5

(*) Inclui transferências para outras contas patrimoniais.

(**) Inclui a transferência do imobilizado da TBG para a Logigás devido a cisão da Gaspetro em 10 de dezembro de 2015 (nota explicativa nº 2.2).

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

| Vida útil estimada | Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens | | |
|----------------------------|--|-----------------------|---------------------|
| | Custo | Depreciação acumulada | Saldo em 31.12.2016 |
| até 5 anos | 1.664 | (1.311) | 353 |
| 16 - 20 anos | 4.277 | (1.799) | 2.478 |
| | 5.941 | (3.110) | 2.831 |
| Edificações e benfeitorias | 4.277 | (1.799) | 2.478 |
| Equipamentos e outros bens | 1.664 | (1.311) | 353 |

13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

| | Consolidado | | |
|------------------------------------|---|----------|-----------|
| | Direitos e Concessão distribuição de gás (a2) | Software | Total |
| Saldo em 1º de janeiro de 2015 | 310.845 | 10.855 | 321.700 |
| Adições | 21.041 | - | 21.041 |
| Baixas | (215) | - | (215) |
| Reorganização societária (*) | - | (8.797) | (8.797) |
| Transferências | (6.375) | 480 | (5.895) |
| Amortização | (15.232) | (2.538) | (17.770) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 310.064 | - | 310.064 |
| Custo | 422.944 | 157 | 423.101 |
| Amortização acumulada | (112.880) | (157) | (113.037) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 310.064 | - | 310.064 |
| Adições | 19.743 | - | 19.743 |
| Baixas | (3.349) | - | (3.349) |
| Transferências | (6.564) | - | (6.564) |
| Amortização | (15.498) | - | (15.498) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 304.396 | - | 304.396 |
| Custo | 432.955 | 157 | 433.112 |
| Amortização acumulada | (128.559) | (157) | (128.716) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 304.396 | - | 304.396 |
| Tempo de vida útil estimado - anos | 10 a 30 | 5 | |

(*) Inclui a transferência do intangível da Gaspetro para a Logigás devido à cisão (nota explicativa nº 2.2).

(a1) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(a2) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da Gas Brasileiro, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final do período de concessão (nota explicativa nº 13.2)

13.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a Gas Brasileiro e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos de 30 ou 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicionado ao intangível em 2016 foi de R\$ 19.743 (R\$ 21.041 em 2015) e refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da Gas Brasileiro, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado.

O Poder Concedente não fornecerá pagamentos mínimos para cada ano de operação da infraestrutura de gasodutos ou no final dos prazos pactuados. Ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extingui-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

14. Fornecedores

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|--------|--------------|--------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Terceiros no país | 5.351 | 7.334 | 2.296 | 3.163 |
| Partes relacionadas (Nota explicativa 15) | 23.916 | 66.194 | 7.885 | 14.177 |
| Saldo total no Passivo Circulante | 29.267 | 73.528 | 10.181 | 17.340 |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

15.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

| | Consolidado | | | | Controladora | | | | |
|--|-------------|-----------|----------|-----------|--------------|---------------|-----------|----------|-----------|
| | 2016 | | 2015 | | 2016 | | 2015 | | |
| | Petrobras | Outras(*) | Total | Total | Petrobras | Gasbrasiliano | Outras(*) | Total | Total |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | |
| Contas a receber, principalmente por fiança idônea (a) | 18.702 | (355) | 18.347 | 26.246 | 18.702 | - | (433) | 18.269 | 26.243 |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber | - | 66.475 | 66.475 | 52.010 | - | 24.650 | 66.474 | 91.124 | 56.542 |
| | 18.702 | 66.120 | 84.822 | 78.256 | 18.702 | 24.650 | 66.041 | 109.393 | 82.785 |
| Não circulante | | | | | | | | | |
| Contas a receber, por take or pay | 53.000 | - | 53.000 | 53.000 | - | - | - | - | - |
| | 71.702 | 66.120 | 137.822 | 131.256 | 18.702 | 24.650 | 66.041 | 109.393 | 82.785 |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | |
| Adiantamento de cliente - capacidade de transporte | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Fornecedores vinculados a repasse de gastos | 6.996 | 889 | 7.885 | 14.177 | 6.996 | - | 889 | 7.885 | 14.177 |
| Fornecedores vinculados a fornecimento de gás natural | 16.031 | - | 16.031 | 52.017 | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos e juros sobre capital próprio | 42.101 | 28.086 | 70.187 | 25.007 | 42.101 | - | 28.086 | 70.187 | 25.007 |
| Outras contas a pagar - cessão faixa de servidão | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar - pessoal cedido | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 65.128 | 28.975 | 94.103 | 91.201 | 49.097 | - | 28.975 | 78.072 | 35.026 |
| Não circulante | | | | | | | | | |
| Adiantamento de cliente - capacidade de transporte | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Financiamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Contas a pagar - cessão faixa de servidão | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações estatutárias | 104.055 | - | 104.055 | 97.291 | 104.055 | - | - | 104.055 | 97.291 |
| | 169.183 | 28.975 | 198.158 | 184.334 | 153.152 | - | 28.975 | 182.127 | 132.317 |
| Resultado | | | | | | | | | |
| Receita de vendas e serviços | - | 3.951 | 3.951 | 1.587.835 | - | - | - | - | - |
| Custos com aluguel de equipamentos e serviços de operação de gasodutos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custo do gás revendido | 208.089 | - | 208.089 | 224.377 | - | - | - | - | - |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | 10.679 | - | 10.679 | 278.627 | 10.679 | (4.974) | - | 5.705 | (85.848) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | (20.136) | - | (20.136) | (25.679) | (20.136) | - | - | (20.136) | (72.225) |
| | 198.632 | 3.951 | 202.583 | 1.840.783 | (9.457) | (4.974) | - | (14.431) | (158.073) |

(*) Inclui empreendimentos controlados em conjunto e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.2. Garantias concedidas

A Gaspetro firmou, em 12 de junho de 2008 e em 17 de maio de 2010, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 04/2001 e 284/2003) até o limite de R\$ 517.745 (R\$ 7.096.174 em 2015), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (REPETRO).

A Petrobras remunera a Gaspetro o valor equivalente a 0,30% (trinta centésimos de cento) ao ano pro-rata ao final de cada ano, sob o montante de tributos suspensos. No exercício de 2016 foi auferida a receita de R\$ 20.136 (R\$ 25.679 em 2015).

As garantias concedidas realizadas pela Gaspetro apresentam os seguintes saldos a liquidar:

| Data de Vencimento das Operações | 2016 | 2015 |
|----------------------------------|---------|-----------|
| 2016 | - | 1.061.946 |
| 2017 | 99.129 | 564.312 |
| 2018 | 13.484 | 293.138 |
| 2019 | 192.839 | 358.764 |
| 2020 em diante | 212.293 | 4.818.014 |
| | 517.745 | 7.096.174 |

15.3. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração da Presidente, dos diretores e dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de Agosto de 2016. Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 8.442 válido para o período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

| Imposto de renda e contribuição social | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|--|------------------|-------|--------------------|-------|------------------|------|--------------------|-------|
| | Ativo Circulante | | Passivo Circulante | | Ativo Circulante | | Passivo Circulante | |
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Imposto de renda | 12.461 | - | - | 8 | 12.461 | - | - | 8 |
| Contribuição social | 3.375 | 2.267 | - | 1.390 | 994 | 755 | - | 1.390 |
| | 15.836 | 2.267 | - | 1.398 | 13.455 | 755 | - | 1.398 |

| Demais impostos e contribuições | Ativo Circulante | | Ativo não circulante | | Passivo Circulante | | | |
|----------------------------------|------------------|-------|----------------------|-------|--------------------|--------|-------|---------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Consolidado |
| ICMS | | 584 | 979 | 877 | 1.127 | 4.588 | 4.822 | |
| PIS/COFINS | | 1 | - | 2.284 | 497 | 6.877 | 1.561 | |
| Imposto de renda retido na fonte | | - | 2.763 | - | - | 4.359 | 10 | |
| IRPJ saldo negativo | | 6.749 | 2.192 | - | - | - | - | |
| ISS | | 119 | 119 | - | - | 49 | 85 | |
| INSS | | 289 | 289 | - | - | 86 | 75 | |
| Outros | | - | - | - | - | 125 | 132 | |
| | | 7.742 | 6.342 | 3.161 | 1.624 | 16.084 | 6.685 | |
| | | | | | | | | Controladora |
| PIS/COFINS | | 1 | - | - | - | 5.812 | 1.059 | |
| Imposto de renda retido na fonte | | - | 2.763 | - | - | - | - | |
| ISS | | 119 | 119 | - | - | - | - | |
| INSS | | 289 | 289 | - | - | - | - | |
| Outros | | - | - | - | - | 12 | 9 | |
| | | 409 | 3.171 | - | - | 5.824 | 1.068 | |

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

- a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

| | Consolidado | | | | | Controladora | |
|---|--------------------------|--|-----------------------------------|-------------------|------------------|--------------|----------|
| | Imobilizado e Intangível | Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos | Provisão para processos judiciais | Prejuízos fiscais | Prejuízos outros | Total | Total |
| Em 1º de janeiro de 2015 | 33.816 | (72.581) | 16.995 | 2.085 | 15.785 | (3.900) | 30.099 |
| Reconhecido no resultado do exercício | 25.023 | (43) | 9.805 | 982 | (6.195) | 29.572 | (3.317) |
| Reorganização societária (nota explicativa 2.2) | - | 72.520 | (15.461) | - | (8.876) | 48.183 | (15.016) |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 58.839 | (104) | 11.339 | 3.067 | 714 | 73.855 | 11.766 |
| Reconhecido no resultado do exercício | (14.557) | 101 | (2.888) | (2.389) | 8.087 | (11.646) | (12.761) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 44.282 | (3) | 8.451 | 678 | 8.801 | 62.209 | (995) |
| Impostos diferidos ativos | | | | | | 73.855 | 11.766 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | 73.855 | 11.766 |
| Impostos diferidos ativos | | | | | | 63.204 | - |
| Impostos diferidos passivos | | | | | | (995) | (995) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | | | 62.209 | (995) |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

| | Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos | | |
|----------------------------------|---|----------|--------------|
| | Consolidado | | Controladora |
| | Ativos | Passivos | Passivos |
| 2017 | 13.516 | 100 | 100 |
| 2018 | 4.386 | 100 | 100 |
| 2019 | 4.386 | 100 | 100 |
| 2020 | 4.386 | 100 | 100 |
| 2021 | 4.386 | 100 | 100 |
| 2022 | 4.386 | 100 | 100 |
| 2023 em diante | 27.758 | 395 | 395 |
| Parcela registrada contabilmente | 63.204 | 995 | 995 |

16.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|-----------|--------------|-----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Lucro antes dos impostos | 315.189 | 670.172 | 309.943 | 487.768 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (107.164) | (227.858) | (105.381) | (165.841) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | | | |
| Juros sobre capital próprio, líquidos | (6.645) | 10.708 | (6.645) | 10.708 |
| Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas | (4.842) | (7.576) | (12.046) | (21.973) |
| Prejuízo fiscal | - | 32.889 | - | - |
| Participação em controladas e coligadas | 99.094 | 53.545 | 108.828 | 115.142 |
| Imposto de renda e contribuição social | (19.557) | (138.292) | (15.244) | (61.964) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (11.646) | 29.572 | (12.761) | (3.317) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (7.911) | (167.864) | (2.483) | (58.647) |
| | (19.557) | (138.292) | (15.244) | (61.964) |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | 6,20% | 20,64% | 4,92% | 12,70% |

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 655.522 está representado 110.993 ações ordinárias, 1 ação preferencial classe "A" e 1 ação preferencial classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não asseguram direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e não participam dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas, exceto Reserva Estatutária REPETRO (nota explicativa 17.4) e Reserva Estatutária de Ativos Excluídos (nota explicativa 17.4) e não participam dos lucros remanescentes.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A ação preferencial “A” confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas do contrato de prestação de fiança (nota explicativa 15.2) e será resgatada tão logo a Companhia seja liberada, no âmbito das garantias REPETRO, de todas e quaisquer obrigações perante as autoridades governamentais competentes, exclusivamente com os recursos alocados na reserva estatutária específica (nota explicativa 17.4).

A ação preferencial “B” confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e pecuniariamente recebidos dos “ativos excluídos”, descritos no acordo de acionistas como o somatório de Impostos em litígio (nota explicativa 23.4), depósitos judiciais (nota explicativa 23.2) e Notas do Tesouro Nacional-NTN-P e será resgatada tão logo a Companhia receba a integridade dos montantes de ativos excluídos, com a utilização de parte dos recursos alocadas na reserva estatutária específica (nota explicativa 17.4).

17.2. Transações de capital

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

17.3. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

17.4. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

b) Reserva estatutária

Reserva estatutária “Repetro”

Com valor limitado a R\$ 5.905,89, destinada a fazer frente ao resgate da ação preferencial classe “A”, cujos recursos advirão das receitas “REPETRO” (nota explicativa 15.2).

Reserva estatutária “ativo excluído”

Com valor limitado a R\$ 200.000, será constituída com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio, depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e que será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe “B”, na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos “ativos excluídos”, inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos “ativos excluídos”, sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O acordo de acionista prevê que os acionistas comprometem-se a votar na assembleia geral no sentido de distribuir à Petrobras, na qualidade de única titular de ações preferenciais, a totalidade de qualquer valor pecuniariamente recebido oriundos das reservas estatutárias constituídas. Os saldos relativos às reservas estatutárias constituídas e ainda não liquidadas estão apresentadas como obrigações estatutárias no passivo não circulante, considerando que, à luz do CPC 39 – Instrumento financeiro: apresentação, aprovado pela NBC_TG 39, tais valores constituem instrumentos financeiros e não instrumentos patrimoniais.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de maio de 2015, foi aprovada a incorporação do saldo da reserva especial, constituída em 2014, no montante de R\$ 767.000.

17.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

A ação preferencial “A” receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias “REPETRO” (nota explicativa 15.2) efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita.

A ação preferencial “B” receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos “ativos excluídos”, líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhado pela administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016, no montante de R\$ 134.600, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| | 2016 |
|--|------------------|
| Lucro líquido do exercício (Controladora) | 294.699 |
| Apropriação: | |
| Reserva legal | (14.735) |
| Lucro básico para determinação do dividendo | 279.964 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - Preferencialista "A" | (12.672) |
| Dividendos mínimos obrigatórios - Preferencialista "B" | (196) |
| Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo | (55.854) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (9.843) |
| Dividendos adicionais propostos | (56.035) |
| Total de dividendos propostos | (134.600) |
| Dividendos obrigatórios - acionista preferencialista "A" | (12.672) |
| Dividendos mínimos | (9.843) |
| Juros sobre capital próprio | (55.854) |
| Dividendos adicionais | (56.035) |
| Reserva legal | (14.735) |
| Reserva especial | (138.601) |
| Reserva estatutária | (6.959) |
| Total da destinação do resultado | (294.699) |

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 134.600, incluem juros sobre o capital próprio no total de R\$ 55.854, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2016.

Os juros sobre o capital próprio distribuídos antecipadamente em 2016 serão descontados dos dividendos propostos para este exercício. O saldo de dividendos propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2016 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, e contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 8.378.

17.6. Resultado por ação

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|--------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro | 295.632 | 427.573 | 294.699 | 425.804 |
| Quantidade de ações ordinárias e preferenciais | 110.995 | 110.995 | 110.995 | 110.995 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação) | 2,66 | 3,85 | 2,66 | 3,84 |

18. Receita de vendas e serviços

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Receita bruta de vendas | 424.413 | 396.468 |
| Encargos de vendas | (90.189) | (84.258) |
| Receita de vendas | 334.224 | 312.210 |
| Receita bruta de serviços | - | 1.584.301 |
| Encargos sobre serviços | - | (236.759) |
| Receita de serviços | - | 1.347.542 |
| Receita de vendas e serviços | 334.224 | 1.659.752 |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Outras receitas (despesas) líquidas

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|----------|--------------|----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| (Perdas)/Ganhos com processos judiciais | (698) | (36.989) | (124) | (36.246) |
| Subvenções e assistências governamentais | - | (8) | - | - |
| Dividendos recebidos (GTB) | - | 20.698 | - | 20.698 |
| Ressarcimento pessoal cedido | 961 | (451) | 961 | (451) |
| Penalidade contrato take or pay | (5.195) | - | - | - |
| Outros | (2.325) | (1.032) | (454) | - |
| | (7.257) | (17.782) | 383 | (15.999) |

20. Custos e Despesas por natureza

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|-----------|--------------|----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Matéria-prima e produtos para revenda | (208.690) | (224.575) | - | - |
| Gastos com pessoal | (33.418) | (127.103) | (14.393) | (15.711) |
| Depreciação e amortização | (16.233) | (169.181) | (1.646) | (1.646) |
| Variação nos estoques | 46 | (663) | - | - |
| Materiais, fretes, alugueis e outros | (33.266) | (126.154) | (12.584) | (12.182) |
| Serviços de terceiros | (18.336) | (30.045) | (4.313) | - |
| Tributárias | (10.043) | (10.745) | (9.432) | (9.810) |
| (Perdas)/Ganhos com processos judiciais | (698) | (36.989) | (124) | (36.246) |
| Perdas em crédito de liquidação duvidosa | (638) | 476 | - | - |
| Subvenções e assistências governamentais | - | (8) | - | - |
| Penalidade contrato take or pay | (5.195) | - | - | - |
| Dividendos recebidos (GTB) | - | 20.698 | - | 20.698 |
| | (326.471) | (704.289) | (42.492) | (54.897) |
| Na Demonstração do Resultado | | | | |
| Custo dos produtos e serviços prestados | (246.074) | (543.886) | - | - |
| Despesas com vendas | (11.254) | (8.821) | - | - |
| Despesas gerais e administrativas | (51.843) | (123.055) | (33.443) | (29.088) |
| Tributárias | (10.043) | (10.745) | (9.432) | (9.810) |
| Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment | - | - | - | - |
| Outras (despesas) receitas, líquidas | (7.257) | (17.782) | 383 | (15.999) |
| | (326.471) | (704.289) | (42.492) | (54.897) |

21. Resultado financeiro líquido

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|-----------|--------------|----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido | - | (439.406) | - | 109.276 |
| Despesa com endividamentos | - | (57.356) | - | - |
| Receita com aplicações financeiras | 585 | 4.423 | 349 | 347 |
| Resultado financeiro sobre endividamento líquido | 585 | (492.339) | 349 | 109.623 |
| Receita com recebíveis de ativos financeiros | 27.299 | 76.252 | 14.697 | 40.606 |
| Outras despesas e receitas financeiras líquidas | (4.029) | 29.981 | 20.205 | 71.946 |
| Outras variações cambiais e monetárias líquidas | (7.873) | (56.669) | (2.899) | (18.164) |
| Resultado financeiro líquido | 15.982 | (442.775) | 32.352 | 204.011 |
| Receitas | 48.599 | 112.631 | 35.259 | 113.199 |
| Despesas | (24.744) | (59.331) | (8) | (300) |
| Variações cambiais e monetárias, líquidas | (7.873) | (496.075) | (2.899) | 91.112 |
| | 15.982 | (442.775) | 32.352 | 204.011 |

22. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|---------|--------------|--------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Valores pagos e recebidos durante o exercício | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 16.243 | 131.230 | 3.388 | 57.256 |
| Imposto de renda retido na fonte de terceiros | 12.467 | 46.022 | 12.310 | 8.948 |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

| Passivo não circulante | Consolidado | |
|---|-------------|------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| Trabalhistas | 1.349 | 955 |
| Fiscais | 2.108 | 1.936 |
| Cíveis | 6.574 | 7.274 |
| | 10.031 | 10.165 |
| Saldo inicial | 10.165 | 50.274 |
| Adições (Baixas), líquidas | (134) | 5.470 |
| Reorganização societária (nota explicativa 2.2) | - | (45.579) |
| Saldo final | 10.031 | 10.165 |

23.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

| Ativo não circulante | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------|-------------|------------|--------------|------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| Trabalhistas | 78 | 367 | 78 | 367 |
| Fiscais | 1.410 | 1.179 | 1.410 | 1.179 |
| Cíveis | 845 | 168 | 845 | 168 |
| | 2.333 | 1.714 | 2.333 | 1.714 |

23.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

| Natureza | Consolidado |
|----------|-------------|
| Cíveis | 79.130 |
| | 79.130 |

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível.

| Descrição dos processos de natureza cível | Estimativa |
|---|---------------|
| Autor: Estado de Santa Catarina e CELESC | |
| 1) Ação proposta pelo Estado de Santa Catarina contra SCGÁS, GASPETRO e MISTUI em decorrência de suposta retirada do controle societário do Estado da SCGÁS, bem como a ampliação desproporcional na distribuição dos respectivos dividendos. Situação atual: sentença em dezembro de 2015, acatando a integralidade dos pedidos do Estado de Santa Catarina. Foram interpostos recursos de apelação. Autos recebidos pelo Ministério Público em novembro de 2016. | 77.508 |
| 2) Processos diversos de natureza cível | 1.622 |
| Total dos processos de natureza cível | 79.130 |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.4. Contingências Ativas

23.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 101.402, relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

24. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

24.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes em operações de "Take or Pay", que são pagamentos antecipados efetuados pelas Distribuidoras pela retirada a menor do volume de gás natural contratado junto ao fornecedor. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

24.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

24.5. Seguros (não auditado)

Para proteção de seu patrimônio a Gaspetro transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, sejam por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura vigente em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim demonstradas:

| Ativo | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|-------------|---------------------|----------------------|
| | | Consolidado |
| Edificações | Riscos operacionais | 6.917 |

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA

Presidente

HIROKI TOKO

Conselheiro

IVAN DE SOUZA MONTEIRO

Conselheiro

TOSHIBA ASAHI

Conselheiro

FÁBIO MITSUO FUKUJIMA GOTO

Conselheiro

VITOR CALAZANS BARONI

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ANGÉLICA GARCIA COBAS LAUREANO

Presidente

ROGÉRIO SOARES LEITE

Diretor Corporativo

TOKUJI MORIMOTO

Diretor Financeiro

LUIZ CELSO OLIVEIRA ANDRADE

Diretor Operacional

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO

Contador

CRC-RJ-089192/O-0